

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS

Conforme Portaria n°1805/2016 GP ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 10/2018 – CMPU

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, no Zoológico Municipal, localizado na Av. Doná Glória Pagnonceli, 344 - Jardim Rosa de Franca, Guarulhos, a saber: Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano), Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular da Secretaria de Serviços Públicos), Luiz Renato Vicente de Azevedo Barboza (Titular do SAAE), Cléia Pereira de Araújo (Titular da Cooperativa Habitacional Coopercid), Gilmar Antonio dos Santos (Titular do Movimento Popular da Associação Centro dos Trabalhadores para defesa da terra Paulo Canarim), Júlio Soto Saavedra (Titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB), Ivalto José de Araújo (Titular do Movimento Popular Sociedade de Apoio a luta por moradia - SAM/MNLM), Flávio Geraidine Naressi (Titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos Agrônomos do Município de Guarulhos - ASSEAG), Jarbas Tupinambá (Titular do Conselho Regional de Corretores - CRECI), para a décima reunião ordinária do ano de 2018, tendo as seguintes pautas: 1 - Informes 1.1 - Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - atualização das atividades realizadas - Capacitação Secovi - 28/11/2018; 1.2 -Revisão da Lei de Parcelamento. Uso e Ocupação do Solo - apresentação do cronograma - Oficinas: 04/12/18, terça-feira das 18 ás 21h no Adamastor Centro; dia 06/12/18, quinta-feira das 18 às 21h na ASSEAG; dia 11/12/18, terça-feira das 18 às 21h no Teatro Nelson Rodrigues; dia 13/12/18, quinta-feira das 18 às 21h no Teatro Padre Bento e no dia 15/12/18, sábado das 09 às 12h no CÉU Ponte Alta e 18/12/18, terça-feira das 18 às 21h no CEU Pimentas ; 1.4 - Consórcio de Desenvolvimento do Municípios do Alto Tietê - Condemat, 2 - Aprovação das atas da 8ª e 9ª RO - CMPU, 3 - Próxima Reunião do CMPU: A reunião iniciou-se às nove horas e quarenta e um minutos, sob a coordenação do Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda, com a presença dos membros supracitados, e dos membros da secretaria-executiva do Conselho Senhora Francini Renata Domingues, Maria Eunice Alves e Andréia Cristian Ferraz Salinas, e dos convidados: Thiago Perez Sávio, Helena Werneck, Antônio José de Araújo, Benedito Aparecido Lima, Tereza Cristina A. Lima; Registrou-se as ausências justificadas da conselheira Janaína Gomes Bezerra titular do Movimento Popular Associação Barbara Cristina de Sá, Jane Marta da Silva titular dos trabalhadores por meio de seus Sindicatos, e as ausências não injustificadas dos conselheiros da Secretaria de Obras, da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Transporte e Trânsito, da Secretaria de Governo, da Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e Inovação, Secretaria de Justiça, Secretaria de Habitação, Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários, Câmara Municipal, Associação de Moradores de Bairro Salgado Filho, Movimento Popular Associação Barbara Cristina de Sá, Movimento Popular Instituto Associativo Continental Iacon, Universidades - Universidade de Guarulhos - UNG, Entidades Ambientais Associação Chico Mendes, Entidades Empresariais - ASEC/ACE, Conselho relacionado ao Meio Ambiente, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, Orcamento Participativo. Constatou-se a insuficiência de quórum, e assim a impossibilidade de deliberação para a aprovação das atas anteriores. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, falou sobre a reunião da coordenação marcada para o dia vinte e três de novembro de dois mil e dezoito e que ninguém do conselho compareceu, o conselheiro Julio Soto Saavedra respondeu que não recebeu nenhum informe, a Senhora Francini Renata Domingues justificou falando da mudança da data da reunião da coordenação sugerida pela conselheira Jane Marta da Silva, alterando do dia vinte e dois para o dia vinte e três, onde todos os presentes concordaram, bem como, informou ainda que enviou mensagem para o grupo da Coordenação no whatsapp e que ninguém justificou a ausência. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos relatou que se atrapalhou com as datas e não atentou para a reunião da coordenação. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda tomou a palavra e apresentou a primeira pauta Informes 1.1 – Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - atualização das atividades realizadas com a Capacitação Secovi realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito, no Auditório do Paço Municipal, cujo palestrante foi o Senhor Cláudio Bernardes, membro do conselho consultivo e ex-presidente do SECOVI, onde foram apresentados novos modelos de construções, aspectos interessantes dos instrumentos utilizados em São Paulo, em especial a utilização do instrumento Outorga Onerosa, com o objetivo de trazer melhorias e financiar a cidade. Em seguida, passou para o item 1.2 - Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo apresentação do cronograma - Oficinas, que iniciará no dia quatro de dezembro, próxima terça-feira, até o dia 18 de dezembro, e tentou dividir os locais no território de uma melhor forma possível, com objetivo de atingir todo o Município, para a apresentação das fases do trabalho realizado para a Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; Seguiu para o item 1.3 - Plano Diretor - Projeto de Lei nº

2260/2018 – atualização, informou que está parado para a votação e que a equipe técnica da SDU realizou atendimento na Câmara, a pedido do Prefeito nos dias guatro (terça-feira), cinco (quarta-feira) e dia seis (quinta-feira) para sanar as dúvidas dos vereadores, mas que não há previsão de quando o PL será votado. A convidada Tereza Cristina A. Lima reiterou que será questão de tempo para a aprovação. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda disse que provavelmente só no próximo ano será aprovado. O Conselheiro Julio Soto Saavedra se manifestou falando que não basta apenas investir num projeto do executivo, a Câmara tem obrigação de chamar a sociedade civil para participar das discussões, através de Audiência Pública. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda tomou a palavra e apresentou a pauta 1.4 – Consórcio de Desenvolvimento do Municípios do Alto Tietê - Condemat, disse sobre a reunião que Guarulhos está participando e que a intenção é criar um Plano do Alto Tietê e tentar lutar pelos projetos que os Municípios têm em comum, disse ainda que o nosso Município está encabeçando junto com os Municípios vizinhos, Mogi das Cruzes e Guararema, a criação do Plano Diretor deles, farão uma lista ao PDUI e terá um encontro com o governador eleito para pleitear prioridades, para trazer melhorias para o nosso Município, apresentaremos também trabalho realizado em relação a revisão do zoneamento trocando experiências e informações. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos perguntou em relação ao CONDEMAT se poderiam relacionar quais são os projetos. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que na próxima reunião do Condemat, montarão um grupo de trabalho dos três municípios para elaborar essa lista. A convidada Helena Werneck informou que não chegamos a esse nível ainda, de ter uma lista, e o que foi discutido primeiro é o que precisa ser feito e o que é necessário para o Consórcio atuar coletivamente e que se os Municípios se reunirem com os mesmos objetivos dentro dessa bacia facilitará, dará forcas e acesso aos projetos e recursos de interesse comuns, consequindo financiamentos e completou dizendo que juntos ficaremos mais forte. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda ressaltou que no passado conseguimos muitos recursos, como a canalização de parte do Rio Baquirivú e a duplicação do trecho da Estrada Mogi/Arujá, salientou que existem outros projetos, como a Fazendo Albor, na próxima semana será apresentado o Plano Diretor de diversos municípios para se unir e fazer uma política mais justa e cada um com suas características, focando em suas melhores atividades. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos relatou que há seis anos começava-se a pensar na criação do PDUI nos debates regionais até que chegou à etapa final, entretanto faltou a elaboração de relatórios por regiões e prioridades, nesse sentido não podemos vacilar para não perder os recursos. Disse que ganhará o projeto que for melhor elaborado, discutido e transparente, senão outros municípios podem sair na frente, como Osasco ou ABC. O Conselheiro Julio Soto Saavedra tomou a palavra e disse que o plano diretor tem que ter a mesma linguagem do PDUI, e o Município tem a obrigação de se adequar ao plano final. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que está tudo no caderno de propostas. A convidada Helena Werneck falou que a minuta já foi para a Assembleia e estamos acompanhando todo o processo junto com o caderno de proposta construído em conjunto, aguardando ser aprovado, ressaltou que tudo está em total consonância com o que foi discutido dentro do PDUI, que está todo mundo junto na mesma fase, independente disto virar Lei já tem o consenso do que tem que ser feito, e o que foi discutido está dentro do Caderno Técnico disponível no próprio site do PDUI. O Conselheiro Julio Soto Saavedra sugeriu que as questões dos graves problemas ambientais devam ser discutidas junto ao PDUI, com a participação da sociedade civil. A convidada Helena Werneck respondeu que há duas pessoas representando a sociedade civil e que participam das reuniões do PDUI, sendo ela a conselheira Jane Marta da Silva e a senhora Marinéia. O convidado Antônio José de Araújo questionou a relação dos projetos do PDUI com o Plano Diretor, ponderou que não enxerga relação com a realidade, citou os problemas de Meio Ambiente, Rodoanel e moradia, onde se faz relatórios, criam instrumentos e mecanismos mas a prática é outra, não há uma solução integrada. A convidada Helena Werneck tomou a palavra para explicar como é feito e o que se entende por PDUI, os recursos e financiamentos do Estado tem um sistema de administração, de gestão e financiamento, um fundo que foi criado para as obras que foram discutidas nas reuniões junto com os técnicos e representantes da sociedade civil, no final ele vai financiar somente as questões desenvolvidas pelo plano municipal e o Estado financiará somente o que for prioritário. O convidado Antônio José de Araújo retomou a palavra questionando a ausência do secretário nas reuniões e se há o devido estudo de impacto de vizinhança. O Conselheiro Julio Soto Saavedra indagou que o Plano Diretor apresentado não parece com a cidade, que nele está justificando as áreas de risco, pois não foi devidamente discutido os programas habitacionais, não há integração dos assuntos e dos grupos de discussão. O conselheiro Ivalto José de Araújo ressaltou que a hora é essa, antes tinham informações de moradia, agora é o dobro, questionou o que o secretário Taiar está pensando disso, onde irá colocar esse povo, já que o plano não marca as ZEIS. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que o Plano demarcou cerca de nove áreas. O Conselheiro Ivalto José de Araújo informou que a cidade está cheia de mendigos e moradores de rua. O conselheiro Gabriel Rodriques de Arruda ressaltou que irá trabalhar em outras áreas de ZEIS podem ser gravadas após o Plano Diretor aprovado. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos retomou a palavra dizendo que o Plano Diretor tem que prever os próximos dez anos, adotando instrumentos para atender a demanda, as ações do Ministério Público direcionam, mostram as necessidades, os problemas com habitação, por exemplo tem que constar no PDUI, para os recursos virem do Estado; o município tem que articular e indicar as áreas que serão incluídas, agora é o momento de

planejar. Questionou como serão incluídas se não foram marcadas no Plano Diretor. Disse que as construtoras que escolheram onde construir as últimas habitações populares, conforme lhes convinham, onde era mais barato e depois construíram e foram embora, isso não pode mais acontecer, o Município é que tem que direcionar, com a definição das ZEIS no Plano Diretor. O convidado Antônio José de Araújo questionou sobre uma grande obra que ocuparia parte de três municípios, qual seria o intuito e o público para essas habitações e o que o nosso município ganha com essa obra. A convidada Helena Werneck respondeu que se trata do projeto da Fazenda Albor. O Conselheiro Gilmar Antonio dos Santos disse que esse projeto prevê a construção de onze mil habitações e dessas, duas mil aproximadamente, são para habitações de interesse social, as demais serão para outros públicos, ressaltou que isso não é a solução e sim mais um projeto. O Conselheiro Jarbas Tupinambá relatou que tem a movimentação dessas pessoas, do sistema viário, que há a necessidade de se prever uma estrutura harmônica com os recursos públicos, irão gerar muitos resíduos, e será da responsabilidade do município a destinação desses resíduos. Salientou que é um conjunto muito mais amplo e muito técnico, que foge da compreensão dele, os conselheiros querem saber tudo mas não dá para abarcar tudo. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda tomou a palavra apresentando o mapa e suas divisões, ressaltou que ainda não está terminado e que de agora em diante irá se discutir os instrumentos e indicadores. A convidada Helena Werneck complementou dizendo que esse mapa será levado às oficinas para receber indicações da população e em cima dessas áreas irá se discutir quais os instrumentos a serem utilizados. Não será uma audiência pública, a oficina é para aprender junto, construir junto, em conjunto. O mapa é a agregação de áreas homogêneas, onde os técnicos participaram amplamente, não há nada definido ainda. O Conselheiro Julio Soto Saavedra questionou se será levado o mapa e os dados de cada área para discussão. O Conselheiro Gabriel Rodrigues respondeu que sim, e que o convidado Thiago Perez Sávio apresentará na sequência como será feito nas Oficinas. O convidado Thiago Perez Sávio iniciou a apresentação do mapa relatando que foram destacadas vinte e uma áreas com características similares, que foi conversado com várias secretarias para contribuírem, como por exemplo a Secretaria da Habitação se manifestou em relação à ZEIS, regularização fundiária, mas não chegamos ainda no detalhamento. Com a Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana discutimos a questão do mobiliário urbano, com a Secretaria de Obras a questão dos piscinões para redução de enchentes, com a Secretaria de Serviços Públicos a necessidade do tratamento dos resíduos, com a Secretaria do Meio Ambiente a questão da legislação estadual e federal das áreas verdes. Efetuou em seguida a apresentação das áreas destacadas no mapa. Finalizada a apresentação, o Conselheiro Jarbas Tupinambá solicitou a retomada do grupo do whatsapp. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda respondeu que irá avalizar a possibilidade. O convidado Thiago Perez Sávio reforçou a data das oficinas e relatou que foi efetuado ampla divulgação nos próprios municipais para publicidade a população. O Conselheiro Gabriel Rodrigues de Arruda finalizou falando da próxima reunião que será no dia vinte e cinco de janeiro do ano de dois mil e dezenove, com reunião de Coordenação no dia 17 de janeiro de 2019, agradeceu a presença de todos e não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou a reunião à onze horas e trinta e sete minutos. E eu, Maria Eunice Alves, chefe da secão técnica SDU01.06.02, \_, digitei e assino a presente ata.

De acordo (Conselheiros presentes):

| Poder  | Diih | lico: |
|--------|------|-------|
| r ouei | FUD  | IICU. |

| Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente SDU)              |  |
|---|--|
| Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular SSP)               |  |
| Luiz Renato Vicente de Azevedo Barboza (Titular do SAAE |  |

## Sociedade Civil:

Clélia Pereira de Araújo (Titular Coop. Hab, Coopercid)

Gilmar Antonio dos Santos (Titular Mov Popular Paulo Canarim)

Flavio Geraidine Naressi (Titular da ASSEAG)\_

Julio Soto Saavedra (Titular Entidade de Classe IAB)

Ivalto José de Araújo (Titular do Movimento Popular SAM/MNLM)\_\_\_\_\_

Jarbas Tupinambá (Titular do Conselho Municipal de Habitação)